

The text that follows is a TRANSLATION
O texto que segue é uma TRADUÇÃO

Guerra serve de desculpa para destruição da Amazônia

Please cite the original article:
Favor citar o trabalho original:

Trindade, P.A.A., J.S. Araújo, V.M. Azevedo-
Santos, F.W. Keppeler, T. Giarrizzo &
P.M. Fearnside. 2022. **War serves as
excuse for Amazon destruction.** *Science*
<https://doi.org/10.1126/science.abq3611>.
(no prelo).

ISSN: 0036-8075

DOI: 10.1126/science.abq3611

Copyright: American Association for the Advancement of Science (AAAS)

The original publication will be available at:
O trabalho original estará disponível em:

<https://doi.org/10.1126/science.abq361>

EMBARGOED UNTIL 26/05/22
EMBARGADO ATÉ 26/05/22

Guerra serve de desculpa para destruição da Amazônia

A invasão russa da Ucrânia está fornecendo uma nova desculpa para a destruição da Amazônia. Em 2 de março (7 dias após o início da invasão), o presidente Jair Bolsonaro pediu ao Congresso Nacional que dê urgência à aprovação do PL 191/2020 para abastecer o agronegócio brasileiro com os fertilizantes que o país normalmente importa da Rússia (1). Em 9 de março, os apoiadores de Bolsonaro no Congresso aprovaram uma moção concedendo status “urgente” ao projeto, permitindo que ele contorne o processo normal do comitê. A moção foi aprovada, mas não foi finalizada por medo de boicotes internacionais aos minerais brasileiros.

O PL 191/2020 abriria as terras indígenas para mineração, hidrelétricas, extração de madeira, pecuária e agricultura industrial por empresários e empresas não indígenas (2). Foi submetido ao Congresso Nacional em fevereiro de 2020 pelo Presidente Bolsonaro e ganhou prioridade em fevereiro de 2021 quando as duas casas do Congresso Nacional foram capturadas pela coalizão de partidos que apoiam a agenda antiambiental de Bolsonaro (3). No entanto, ele parou até a invasão da Ucrânia.

As terras indígenas são essenciais para a manutenção dos serviços ambientais da floresta amazônica brasileira, uma vez que essas terras protegem mais florestas do que as unidades de conservação federais (4). A justificativa alegada para aprovar o projeto de lei é a suposta necessidade de extrair potássio, um componente-chave dos fertilizantes, da mina de Autazes, no estado do Amazonas. No entanto, Autazes não está localizada em terras indígenas oficialmente reconhecidas, tornando a aprovação do projeto irrelevante para esse objetivo (5). Além disso, a Rússia não é a única fonte mundial de potássio: outros países, liderados pelo Canadá, são grandes fornecedores internacionais (6). Mesmo dentro do Brasil, a mineração da Amazônia não é necessária para obter potássio. Os maiores depósitos de potássio estão no estado de Minas Gerais, e os depósitos do Brasil fora da Amazônia poderiam fornecer potássio ao país até pelo menos 2100 (7).

A aprovação do PL 191/2020 não atingiria os objetivos articulados por seus apoiadores. Mesmo que afetasse o status da mina planejada em Autazes, o projeto não seria funcional a tempo de resolver a escassez de fertilizante prevista no Brasil para o próximo ano. As importações terão de complementar a oferta. As principais mineradoras do Brasil agora se opõem ao PL191/2020 (8). Atores internacionais, incluindo as empresas canadenses investidas em Autazes (9), não devem concordar em iniciar este projeto devido aos falsos pretextos sob os quais o projeto de lei está sendo avançado. Além disso, se o projeto de lei entrar em vigor sem alterações, importadores de minerais devem seguir com potenciais boicotes para deixar claro que as ações irresponsáveis do Brasil têm consequências.

Paulo Arthur A. Trindade^{1,2*}, Juliana S. Araújo^{2,3}, Valter M. Azevedo-Santos^{1,2,4}, Friedrich W. Keppeler^{1,2,5}, Tommaso Giarrizzo^{1,2,6}, Philip M. Fearnside⁷

¹Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil. ²Grupo de Ecologia Aquática, Belém, PA, Brasil. ³Universidade Estadual Paulista, Sorocaba, SP, Brasil. ⁴Universidade

Federal do Tocantins, Porto Nacional, TO, Brasil. ⁵Center for Limnology, University of Wisconsin–Madison, Madison, WI 53706, EUA. ⁶Laboratório de Ciências Marinhas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil. ⁷Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, AM, Brasil.

*Autor correspondente.

E-mail: pauloaatrindade@gmail.com

REFERÊNCIAS E NOTAS

1. R. D. Coletta, “Bolsonaro usa possível falta de fertilizantes da Rússia para defender mineração em terras indígenas,” *Folha de São Paulo* (2022); <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/03/bolsonaro-usa-possivel-falta-de-fertilizantes-para-defender-mineracao-em-terras-indigenas.shtml?origin=folha>
2. Câmara dos Deputados, 2020 PL 191/2020 (2020); www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2236765
3. L. Ferrante, P. M. Fearnside, *Science* **371**, 898 (2021).
4. E. M. Nogueira, A. M. Yanai, S. S. Vasconcelos, P. M. L. A. Graça, P. M. Fearnside, *Reg. Environ. Change* **18**, 573 (2018).
5. M. Santilli, “Bolsonaro mente sobre potássio em terras indígenas,” Instituto Socioambiental (2022); <https://neomundo.org.br/2022/03/09/bolsonaro-mente-sobre-potassio-em-terras-indigenas/>
6. Government of Canada, “Potash facts” (2022) www.nrcan.gc.ca/our-natural-resources/minerals-mining/minerals-metals-facts/potash-facts/20521
7. T. Pimentel, “Estudo da UFMG contradiz Bolsonaro sobre exploração de potássio em terras indígenas para fertilizantes,” *g1 Minas* (2022); <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/03/07/estudo-da-ufmg-contradiz-bolsonaro-sobre-exploracao-de-potassio-em-terras-indigenas-para-fertilizantes.ghtml>
8. M. Pajolla, “Após repercussão negativa, mineradoras abandonam defesa de PL que atinge terras indígenas,” *Brasil de Fato* (2022); www.brasildefato.com.br/2022/03/15/apos-repercussao-negativa-mineradoras-abandonam-defesa-de-pl-que-atinge-terras-indigenas
9. A. Boadle, “Bolsonaro pushes for mining on Brazil's indigenous lands, citing fertilizer pinch,” *NASDAQ* (2022); www.nasdaq.com/articles/bolsonaro-pushes-for-mining-on-brazils-indigenous-lands-citing-fertilizer-pinch.